

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº
DSE.A / PE-072/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA
EMIÇÃO DE APÓLICE DE SEGURO GARANTIA JUDICIAL

SEÇÃO I - INSTRUÇÕES AOS LICITANTES

SEÇÃO II - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

SEÇÃO III - HABILITAÇÃO

SEÇÃO IV - CONDIÇÕES DO SEGURO A SER CONTRATADO

SEÇÃO V - PLANILHA DE PREÇOS (TAXA)

**ANEXO A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VINCULO EMPREGATÍCIO /
PARENTESCO E DE CUMPRIMENTO DO QUE TRATA O ARTIGO 38 DA
LEI Nº 13.303/16**

ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

**ANEXO C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE - FORNECEDOR DE
RISCO ALTO E MUITO ALTO**

Rio de Janeiro, de de

SEÇÃO I

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2. OBJETO DA LICITAÇÃO
3. OBSERVAÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
4. **CONDIÇÕES E GARANTIAS SECURITÁRIAS**
5. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA
6. ESCLARECIMENTO
7. CREDENCIAMENTO
8. RESPONSABILIDADE DOS LICITANTES

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 Esta licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - Internet, do tipo Menor Preço (Menor Taxa Global Anual), é regida por este EDITAL, em conformidade com o disposto na Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, que se encontra disponível no endereço eletrônico: <https://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Licitacoes/Documents/Regulamento%20de%20Licita%C3%A7%C3%B5es%20e%20Contratos%20-%20Anexo%20I%20rev2-01.11.22.pdf>, pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 10.024/19 e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e posteriores alterações.
- 1.2 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. O Pregão Eletrônico poderá ser acessado pelo endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 1.3 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da ELETRONUCLEAR, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br e realizados de acordo com a legislação indicada no subitem 1.1 acima.
- 1.4 As instruções estabelecidas neste EDITAL de Licitação determinam os procedimentos que orientarão o presente processo licitatório até a assinatura do respectivo contrato administrativo. Alegações de desconhecimento destas instruções, bem como das disposições legais acima especificadas, não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas em seus Documentos de Habilitação e/ou PROPOSTAS.
- 1.5 A presente licitação tem âmbito nacional, não sendo aceita a participação de empresas em consórcio, assim como de cooperativas.
- 1.6 Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concordata, dissolução, liquidação, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos, pela ELETRONUCLEAR, com suspensão do direito de licitar e contratar.
- 1.7 Não será permitida a participação de LICITANTES estrangeiros que não estejam constituídas no País.
- 1.8 Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:
- 1.8.1 penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública federal
- 1.8.2 penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento em contratar, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, desde que aplicada pela ELETRONUCLEAR;

- 1.8.3 penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8666/1993, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública nacional, ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
- 1.8.4 penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.
- 1.9 Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas no artigo 38 e 44 da Lei n. 13.303/2016.
- 1.10 também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos das leis nº 8.884/94, 9.605/98, e 12.527/11;
- 1.11 Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste EDITAL serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso;
- 1.12 O LICITANTE não pode, em hipótese alguma, modificar o preço e as condições de sua PROPOSTA, após o término da sessão, sob alegação de insuficiência de informações relativas aos SERVIÇOS.
- 1.13 LICITANTES que fazem parte do mesmo grupo econômico ou financeiro, somente podem apresentar uma única PROPOSTA, sob pena de rejeição de todas as PROPOSTAS apresentadas, exceto se demonstrado que não agem representando interesse em comum participando da presente licitação. Considera-se integrante do mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas ou representantes legais comuns, e aquelas que dependem ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
- 1.14 Os recursos financeiros para a presente licitação são próprios da ELETRONUCLEAR, provisionados na Conta Razão nº. 4192008001 e Centro de Custo nº. U503050001.

2 OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa seguradora para emissão de apólice de seguro garantia judicial.
- 2.2 Os SERVIÇOS, objeto desta licitação, para fins de aplicação do artigo 34 da Lei nº 10.833/03, será enquadrado no código 6188, conforme anexo I da IN/RFB nº 1.234/12

3 OBSERVAÇÕES

- 3.1 As condições específicas e detalhadas da contratação encontram-se descritas neste EDITAL, e demais documentos deste PREGÃO, os quais deverão ser a

base da PROPOSTA do LICITANTE.

- 3.2 Caberá ao LICITANTE que vier a ser contratado, a exclusiva responsabilidade pela perfeita execução dos SERVIÇOS de acordo com as obrigações legais, regulamentares e contratuais, bem como aquelas que não foram explicitamente mencionadas, mas que se façam necessárias à sua perfeita execução.

4 CONDIÇÕES E GARANTIAS SECURITÁRIAS

- 4.1.1 As condições e garantias a serem apresentadas pelo PROPONENTE e ratificadas na Apólice de Seguro deverão estar de acordo com as CONDIÇÕES GERAIS, PARTICULARES E/OU ESPECIAIS, regulamentadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e normatizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, vigentes para os seguros que contemplem os riscos e as coberturas a serem contratadas.
- 4.1.2 Ressalvado o disposto nas CONDIÇÕES DO SEGURO A SER CONTRATADO, SEÇÃO IV do presente EDITAL, aplicar-se-ão ao seguro as condições contratuais do plano padronizado para Seguro Garantia, em conformidade com a CIRCULAR SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

5 APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

- 5.1 Os LICITANTES deverão encaminhar a documentação da PROPOSTA concomitantemente com a de HABILITAÇÃO, elaboradas conforme o estabelecido neste EDITAL e seus anexos, a partir da data da publicação do EDITAL até a data e hora da SESSÃO DE LANCES, sendo permitidas alterações neste mesmo prazo, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da documentação de PROPOSTAS e HABILITAÇÃO.
- 5.2 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do LICITANTE melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 5.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à PROPOSTA sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na legislação pertinente.

6 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 6.1 Se, após exame do EDITAL, o LICITANTE tiver qualquer dúvida, poderá consultar à ELETRONUCLEAR, exclusivamente por meio eletrônico, no seguinte endereço eletrônico: Endereço: pregao_servicos@eletronuclear.gov.br
- 6.2 Na consulta, deverá estar indicado o número desta Licitação e o seu objeto, devendo a mesma ser recebida pela ELETRONUCLEAR no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 6.3 Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública,

LICITANTE e cidadãos podem impugnar o EDITAL, sendo realizada de forma eletrônica, pelo endereço eletrônico pregao_servicos@eletronuclear.gov.br

- 6.4 Os esclarecimentos emitidos, assim como quando a ELETRONUCLEAR vier a acatar a impugnação, estes serão disponibilizados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, sem identificar a fonte que solicitou.
- 6.5 É de responsabilidade do LICITANTE manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e/ou esclarecimentos sobre o EDITAL, através de consulta permanente ao sítio acima indicado, não cabendo à ELETRONUCLEAR a responsabilidade pela não observância desse procedimento.
- 6.6 Não deverão ser considerados, pelos LICITANTES, na formulação de suas PROPOSTAS, quaisquer esclarecimentos e/ou informações obtidos de forma diferente da estabelecida acima.
- 6.7 Informamos que os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, devendo o acesso ser solicitado através do e-mail pregao_servicos@eletronuclear.gov.br. Lembrando que, de acordo com o Artigo 34 da lei 13.303/16, o orçamento será mantido sigiloso.

7 CREDENCIAMENTO

- 7.1 Os LICITANTES interessados em participar do certame licitatório deverão ser credenciados perante o provedor do sistema eletrônico no seguinte sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br.

8 RESPONSABILIDADE DOS LICITANTES

- 8.1 Responder por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras todas as suas PROPOSTAS e lances.
- 8.2 Responder pela veracidade e exatidão de todos os SERVIÇOS a serem executados. Caso os SERVIÇOS venham a ser prestados em desacordo com as especificações definidas no EDITAL, o LICITANTE assumirá todas as responsabilidades civis e criminais daí decorrentes, inclusive danos e prejuízos causados a ELETRONUCLEAR e a terceiros.
- 8.3 Observar as datas e horários limites previstos no(s) Aviso(s) para apresentação da documentação da PROPOSTA de Preços concomitantemente com a de HABILITAÇÃO, atentando, também, para a data e horário estabelecidos para início da etapa de lances.
- 8.3.1 Todos os horários estabelecidos no(s) Aviso(s) e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 8.4 Observar e cumprir todas as leis e regulamentações, inclusive fiscais, tributárias e trabalhistas, aplicáveis aos SERVIÇOS que ofereça.
- 8.5 Acompanhar as operações no sistema, sendo responsável pela perda de negócios

em decorrência do não cumprimento dos prazos ou quaisquer outros avisos emitidos no sistema Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais e não observados pela falta de acompanhamento, inclusive de sua desconexão do sistema.

- 8.6 O uso da senha de acesso pelo LICITANTE é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à ELETRONUCLEAR, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 8.7 Comunicar formal e imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO II

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. CONTEÚDO DA PROPOSTA
2. VALIDADE DA PROPOSTA
3. TAXA DA PROPOSTA
4. PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO
5. CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO
6. RECURSOS
7. AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE
8. EMISSÃO DA APÓLICE DE SEGUROS
9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
10. DISPOSIÇÕES GERAIS

1 CONTEÚDO DA PROPOSTA

- 1.1 A PROPOSTA deverá conter o(s) seguinte(s) documento(s):
- 1.1.1 Formulário de Planilha de Preços (TAXA), conforme modelo constante da Seção V deste EDITAL.
- 1.1.2 Declaração de que o LICITANTE não se enquadra em qualquer das situações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caso tenha se beneficiado do tratamento jurídico diferenciado concedido por esta Lei.
- 1.2 Em caso de discrepância entre os dados constantes do formulário preenchido, conforme item 1.1.1 acima, e aqueles contidos em outra parte da PROPOSTA, prevalecerão os primeiros.
- 1.2.1 As PROPOSTAS deverão fazer menção ao número deste Pregão contendo a razão social da LICITANTE, o CNPJ, número(s) de telefone(s), e fax, correio eletrônico, endereço, CEP, indicação do Banco, a agência com respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de instrumento contratual e posterior pagamento.
- 1.3 A ELETRONUCLEAR poderá, a qualquer tempo, solicitar a composição detalhada dos preços apresentados na PROPOSTA.
- 1.4 O preenchimento da PROPOSTA é de exclusiva responsabilidade do LICITANTE, não cabendo à ELETRONUCLEAR ou ao Compras Governamentais qualquer responsabilidade.

2 VALIDADE DA PROPOSTA

- 2.1 A PROPOSTA deverá ser válida pelo prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data fixada para sua abertura.

3 TAXA DA PROPOSTA

- 3.1 O LICITANTE deverá indicar no formulário apropriado, incluído na Seção V deste EDITAL, o valor da TAXA GLOBAL ANUAL objeto desta licitação, sendo que o valor desta TAXA GLOBAL ANUAL também deverá ser informado no sítio do www.comprasgovernamentais.gov.br, observando as condições específicas e detalhadas deste EDITAL e demais documentos desta Licitação, os quais deverão ser a base da referida TAXA.

4 PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

- 4.1 A partir do horário previsto no EDITAL, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro.

-
- 4.2 A participação no Pregão, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado.
- 4.2.1 A data e hora da abertura das PROPOSTAS constam no Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, no site do Compras Governamentais e no site da ELETRONUCLEAR.
- 4.2.2 Para participação no Pregão Eletrônico, o LICITANTE deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico acima mencionado, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua PROPOSTA está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 4.2.3 O LICITANTE que desejar usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverá atender aos requisitos da referida Lei e manifestar em campo próprio do sistema que é Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).
- 4.2.4 A participação do LICITANTE no Pregão Eletrônico implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 4.2.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os LICITANTES.
- 4.2.6 Observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no EDITAL, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os LICITANTES poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 4.2.7 No que se refere aos lances, o LICITANTE será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.8 O LICITANTE somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.2.9 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 4.2.10 Durante a sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado. O sistema não identificará o autor do lance aos demais participantes.
- 4.2.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 4.2.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.2.13 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será

de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 4.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 4.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 4.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4.6 Até a abertura da sessão pública, os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO anteriormente inseridos no sistema;
- 4.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do LICITANTE melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.8 O intervalo mínimo de diferença percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **2%**.
- 4.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo LICITANTE não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 4.10 Uma vez encerrada a etapa de lances, será verificada, pelo sistema, para fins do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006, a ocorrência de empate. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, devendo o pregoeiro proceder da seguinte forma:
- 4.11 entende-se por empate aquelas situações em que as PROPOSTAS apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à PROPOSTA mais bem classificada;
- 4.12 para efeito do disposto no subitem 4.11 acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 4.12.1 imediatamente após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, querendo, apresentar nova PROPOSTA de preço, inferior ao daquela considerada vencedora do certame, situação que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

-
- 4.12.2 não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.11 acima na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 4.12.3 no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 4.11 acima, será verificada, automaticamente, pelo sistema, aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- 4.12.4 O disposto no subitem 4.11 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.13 Após encerrada a sessão de lances, será verificada a conformidade entre a PROPOSTA de menor valor total geral e o valor estimado para a contratação.
- 4.14 Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o LICITANTE desistente à penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMPRESA e suas subsidiárias, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, garantido o contraditório e a ampla defesa,
- 4.15 A aplicação dos critérios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ocorre automaticamente, sem interferência do Pregoeiro.
- 4.16 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos LICITANTES, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.17 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 4.18 O sistema informará a PROPOSTA de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.
- 4.19 Declarada encerrada a etapa competitiva o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do LICITANTE, conforme disposições deste EDITAL, decidindo motivadamente a respeito.
- 4.20 O pregoeiro, então, solicitará ao LICITANTE melhor classificado que, no prazo de **03 horas**, podendo este prazo ser prorrogado a critério do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, anexada em local apropriado no site Comprasgovernamentais.gov.br. Em caso de falha no procedimento de inserção da documentação no referido sítio eletrônico, esta poderá ser, então, encaminhada para o e-mail pregao_servicos@eletronuclear.gov.br.
- 4.21 O não atendimento no prazo estipulado, acarretará na desclassificação da

proposta, ficando o LICITANTE sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMPRESA e suas subsidiárias, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.

5 CRITÉRIOS DE ANÁLISE E JULGAMENTO

- 5.1 Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO (MENOR TAXA GLOBAL ANUAL)**, observado o prazo de execução dos SERVIÇOS e demais condições comerciais e técnicas estabelecidas neste EDITAL e na legislação pertinente.
- 5.1.1 O pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- 5.1.2 O pregoeiro deverá avaliar se a proposta do LICITANTE vencedor da etapa de lances atende às especificações técnicas, demais documentos e formalidades exigidas no EDITAL, sob pena de desclassificação, podendo ser subsidiado pela unidade de gestão técnica no que se referir ao atendimento das questões técnicas relacionadas ao objeto da licitação ou de documentos com informações de ordem técnica que podem impactar a sua execução.
- 5.1.3 O pregoeiro deverá negociar com o LICITANTE autor da melhor proposta condições mais vantajosas, que poderão abranger os diversos aspectos da proposta, desde preço, prazos de pagamento e de entrega, sem que lhe caiba, a pretexto da negociação, relativizar ou atenuar as exigências e condições estabelecidas no EDITAL e nos seus documentos anexos.
- 5.1.4 A negociação deve ser motivada pelo pregoeiro e, quando envolver aspectos técnicos, pelo gestor da unidade técnica.
- 5.1.5 O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela ELETRONUCLEAR, sob pena de desclassificação do LICITANTE.
- 5.1.6 No caso de adoção do regime de empreitada por preço global devem ser observadas as seguintes condições:
- 5.1.6.1 no cálculo do valor da proposta podem ser utilizados custos unitários diferentes daqueles previstos no orçamento da empresa, desde que o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro seja igual ou inferior ao orçado pela empresa;
- 5.1.6.2 em situações especiais, devidamente comprovadas pelo LICITANTE em relatório técnico, os valores das etapas do cronograma físico-financeiro podem exceder o limite referido; e
- 5.1.6.3 o relatório técnico, apresentado pelo LICITANTE, deve ser avaliado pelo agente de licitação, podendo este ser subsidiado pelo agente da unidade de gestão técnica e, caso rejeitado, a proposta do LICITANTE deve ser desclassificada,

salvo se o LICITANTE apresentar nova proposta, com adequação dos custos unitários sem majoração do valor global da proposta.

- 5.1.7 A negociação deverá ser feita com os demais LICITANTES, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado
- 5.1.8 Se depois de adotada a providência referida no subitem acima não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.
- 5.1.9 O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
- 5.1.10 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.
- 5.1.11 A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo LICITANTE em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.
- 5.1.12 O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.
- 5.1.13 O pregoeiro poderá exigir do LICITANTE a demonstração da exequibilidade da sua Proposta, cabendo-lhe, conforme o caso, verificar ou requisitar que lhe sejam apresentados os subsídios necessários, conforme item 13 do Art. 62 do Regulamento.
- 5.1.14 Qualquer LICITANTE poderá requerer motivadamente que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 5.1.15 Vale ressaltar, que os valores ajustados da PROPOSTA, não deverão possuir mais de duas casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a efetuar o arredondamento a menor, no valor unitário.
- 5.2 O Pregoeiro verificará a efetividade dos lances ou PROPOSTAS, desclassificando, em decisão motivada, apenas as PROPOSTAS que contenham vícios insanáveis.
- 5.3 São vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da PROPOSTA e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexequibilidade e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações pré-existent, desde que não alterem a substância da PROPOSTA.

- 5.4 O Pregoeiro não permitirá o saneamento de defeitos em PROPOSTAS apresentadas com má-fé ou intenção desonesta, como aqueles contaminados por falsidade material ou intelectual ou que tentem induzir o Pregoeiro a erro.
- 5.5 O Pregoeiro concederá prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para que o LICITANTE corrija os defeitos de sua PROPOSTA, indicando expressamente quais aspectos da PROPOSTA ou documentos apresentados junto à PROPOSTA devem ser corrigidos ou supridos.
- 5.6 A correção dos defeitos sanáveis não autoriza alteração do valor final da PROPOSTA, exceto para oferecer preço mais vantajoso para a ELETRONUCLEAR.
- 5.7 Caso o LICITANTE não atenda ao solicitado no item 5.5, no prazo estipulado, terá a sua proposta desclassificada e estará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMPRESA e suas subsidiárias, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.
- 5.8 Se a PROPOSTA não for aceitável ou se o LICITANTE não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro solicitará a PROPOSTA subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma PROPOSTA que atenda ao EDITAL.
- 5.9 Constatado o atendimento às exigências fixadas no EDITAL, será declarado o LICITANTE vencedor.
- 5.10 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata circunstanciada divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade, previstas na legislação pertinente.
- 5.11 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no presente EDITAL.
- 5.12 Na avaliação das PROPOSTAS não serão considerados itens recomendados pelos LICITANTES.

6 RECURSOS

- 6.1 Declarado o vencedor, qualquer LICITANTE poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais LICITANTES, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses..
- 6.2 A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE quanto à intenção de recorrer, nos termos acima, importará na decadência desse direito, ficando o

Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao LICITANTE declarado vencedor.

- 6.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7 AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

- 7.1 O licitante vencedor, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, será submetido à avaliação de integridade antes do processo licitatório ser encaminhado para a homologação por parte da autoridade competente, gestor ou agente responsável.
- 7.2 A avaliação de integridade é realizada com base no formulário de due diligence e no background check, cujo resultado é expresso pela classificação do risco de integridade dos fornecedores, que pode variar entre muito alto, alto, médio e baixo. Desta forma, o fornecedor deverá preencher o FORMULÁRIO DE DUE DILIGENCE, acessando o link <https://espacofornecedor.eletronuclear.gov.br> e assinar a DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE, ANEXO “B” deste EDITAL. Caso o fornecedor seja classificado com o risco de integridade alto ou muito alto, este deve assinar a DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE – FORNECEDOR DE RISCO ALTO E MUITO ALTO, ANEXO “C” deste EDITAL.
- 7.3 O formulário de due diligence é um questionário com a finalidade de identificar a classificação de risco do fornecedor, por meio da análise das práticas de governança adotadas pelo fornecedor, para prevenção e combate à fraude e corrupção, incluindo o seu histórico, o relacionamento com agentes públicos, terceiros, etc.
- 7.4 O background check é realizado por meio de uma ferramenta de busca em banco de dados públicos e privados para levantamento do histórico empresarial do fornecedor e dos seus sócios/administradores, incluindo registros desabonadores, subsidiando a avaliação de integridade. A pesquisa também poderá ser realizada por outros meios, ou mesmo por intermédio de terceiros, desde que idônea a fonte da informação.
- 7.5 O fornecedor estará sujeito a prestar esclarecimentos adicionais quando necessário, a fim de consubstanciar os dados preenchidos no formulário de due diligence ou apresentar justificativas, com documentos, para situações identificadas no background check. A recusa em prestar tais informações resultará na desclassificação do licitante.
- 7.6 Nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear, a avaliação de integridade consistirá em:
- 7.7 a) reunir informações sobre o licitante que pretende ser contratado, bem como sobre seus representantes, incluindo sócios e administradores, de modo a certificar - se de que não há situações impeditivas à contratação;
- 7.8 b) determinar o grau de risco do contrato, para realizar a supervisão adequada;

- 7.9 c) realizar análise circunstanciada dos licitantes, das propostas e das possíveis alterações contratuais, bem como a verificação das cláusulas contidas nos editais, a fim de obstar direcionamento, conluio, fracionamento do objeto ou jogo de planilhas, dentre outros tipos de irregularidades;
- 7.10 d) recomendar à autoridade competente a homologação ou não homologação da licitação e a tomada de outras providências consideradas adequadas, como anulação parcial da licitação, desclassificação ou inabilitação de licitante e instauração de processos administrativos disciplinares.

8 EMISSÃO DA APÓLICE DE SEGUROS

- 8.1 Em até 5 (cinco) dias após a homologação do Pregão, o adjudicatário será convocado através de Autorização Formal da ELETRONUCLEAR, para que, dentro de até 48 horas, contados da data de seu recebimento, confirme, também por escrito, quanto ao início das providências necessárias para elaboração da Apólice de Seguros, assim como a confirmação da cobertura dos riscos na vigência contratada.
- 8.2 A recusa do LICITANTE vencedor no cumprimento do prazo fixado no subitem 8.1, caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-o às penalidades previstas neste EDITAL e na legislação vigente.
- 8.3 Ocorrendo essa hipótese, o Pregoeiro poderá convocar outro LICITANTE e procederá ao exame da sua PROPOSTA, bem como da sua habilitação, segundo a ordem da classificação, até que uma PROPOSTA atenda integralmente ao EDITAL, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para emissão da apólice do objeto deste EDITAL.
- 8.4 A ELETRONUCLEAR somente solicitará a emissão da apólice com o LICITANTE vencedor que não esteja incluído no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e que estiver com as provas de regularidade relativa aos débitos fiscais federais, através da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa emitida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional e ao Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF), atualizadas à época da data da Autorização Formal.
- 8.5 A Apólice de Seguros, a ser firmada, deverá estar de acordo com as regulamentações do Conselho Nacional de Seguros – CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que regem o seguro contratado, além do especificado neste EDITAL.

9 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1 Os LICITANTES estão sujeitos, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMPRESA e suas subsidiárias, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de

Licitações e CONTRATOs da Eletronuclear.

10 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 O presente EDITAL e seus anexos, bem como a PROPOSTA do LICITANTE vencedor, farão parte integrante do CONTRATO, independentemente de transcrição e/ou anexação.
- 10.2 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 10.3 Os LICITANTES são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 10.4 Após a apresentação da PROPOSTA, não caberá desistência, salvo se por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 10.4.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 10.5 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não seja comprometida a segurança do futuro CONTRATO.
- 10.6 Aos casos omissos, aplicam-se as demais condições constantes da legislação citada no subitem 1.1 da Seção I deste EDITAL.
- 10.7 No curso da presente licitação, assim como no CONTRATO que for celebrado em sua decorrência, é vedado à ELETRONUCLEAR e ao LICITANTE e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu: (i) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada; (ii) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo deste procedimento licitatório público; (iii) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; (iv) afastar ou procurar afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; (v) fraudar esta licitação pública ou o CONTRATO dela decorrente; ou (vi) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar desta licitação pública ou celebrar o CONTRATO decorrente; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente certame ou com o CONTRATO dele decorrente.

SEÇÃO III

HABILITAÇÃO

1. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
2. INFORMAÇÃO SOBRE FATO SUPERVENIENTE:

1 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 1.1 Os LICITANTES deverão apresentar para a habilitação:
- 1.1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.1.2 em se tratando de Sociedades Empresárias ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento que comprova os poderes de seus representantes.
- 1.1.3 decreto de autorização, devidamente arquivado, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, com procurador residente domiciliado no País, conforme Parágrafo Único do artigo 16 do Decreto n. 3.555/2000, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.1.4 no caso de sociedades simples, inscrição do ato constitutivo em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação de seus administradores;
- 1.1.5 Certidão ou declaração, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, com data de expedição de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à data da sessão de abertura do pregão, comprovando que o LICITANTE não está sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial.
- 1.1.6 comprovação de regularidade com o FGTS.
- 1.1.7 comprovação de regularidade com a Seguridade Social.
- 1.1.8 declaração em nome da empresa LICITANTE de que seus sócios / administradores não possuem relação de parentesco por consanguinidade ou afim até o 3º grau com os ocupantes de cargo em comissão de áreas responsáveis pela contratação, ou de autoridades hierarquicamente superiores a eles na ELETRONUCLEAR; e ainda, de que não está impedida de participar de licitações e de ser contratada pela ELETRONUCLEAR, tendo em vista o disposto no artigo 38, da lei nº 13.303/16 (**ANEXO A**);
- 1.1.9 declaração, de forma virtual, através do local próprio do site www.comprasgovernamentais.gov.br, de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores;
- 1.1.13 certidão negativa de feitos sobre falência da sede do LICITANTE;
- 1.1.14 balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, comprovando patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor da Proposta do LICITANTE.
- 1.2 Poderá participar qualquer pessoa física ou jurídica legalmente estabelecida no País e que atenda às exigências deste EDITAL.

-
- 1.3 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente EDITAL e seus anexos.
- 1.4 Se o LICITANTE for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;
- 1.4.1 se o LICITANTE for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o LICITANTE tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.
- 1.5 Será verificada a possível inclusão do LICITANTE no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- 1.6 Os LICITANTES somente serão inabilitados em razão de defeitos em seus documentos que sejam insanáveis.
- 1.6.1 Consideram-se sanáveis defeitos relacionados a documentos que declaram situações pré-existentes ou concernente aos seus prazos de validade.
- 1.6.2 Será concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para que o LICITANTE corrija os defeitos constatados nos seus DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, apresentando, se for o caso, nova documentação, através de anexação no local próprio do site ComprasGovernamentais.gov.br. Em caso de falha no procedimento de inserção da documentação no referido sítio eletrônico, esta poderá ser, então, encaminhada para o e-mail pregao_servicos@eletronuclear.gov.br
- 1.6.3 Caso o LICITANTE não atenda ao solicitado no item 1.6.2, no prazo estipulado, estará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMPRESA e suas subsidiárias, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletronuclear.

2 INFORMAÇÃO SOBRE FATO SUPERVENIENTE:

- 2.1 O LICITANTE fica obrigado, sob as penalidades legais, a informar à ELETRONUCLEAR qualquer circunstância ou fato ocorrido após a apresentação da Documentação de Habilitação que importe alteração de suas condições de Habilitação.

SEÇÃO IV
CONDIÇÕES DO SEGURO A SER CONTRATADO

1 – OBJETO

Constitui o objeto do edital a contratação de empresa Seguradora para a emissão de apólice de seguro garantia, na modalidade Judicial Trabalhista garantindo o pagamento de valores que o tomador necessite realizar no trâmite Processual, em face a **ELETRONUCLEAR S/A**, ou sob sua responsabilidade, inscrita no CNPJ sob o nº 42.540.211/0001-67, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Candelária, nº 65, 2º ao 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.091-020.

2 - VALOR DE REFERÊNCIA A SER SEGURADO

DESCRIÇÃO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA:

SEGURO GARANTIA JUDICIAL	Contratação de seguradora para emissão Apólice de Garantia, na Modalidade Judicial Trabalhista, Ramo Seguro Garantia – Setor Público, para atender a substituição da atual apólice com vencimento em 26/05/2023 com Limite Máximo de Indenização (LMI) no valor de R\$ 17.409.600,65. Houve aplicação dos 30% previstos no parágrafo único do Art. 848 do CPC/2015.
--------------------------	---

Obs.:

Trata-se do Processo nº 0001004-98.2011.5.01.0401 em trâmite perante a 1ª vara do Trabalho de Angra dos Reis – RJ, proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica nos Municípios de Paraty e Angra dos Reis – STIEPAR, inscrito no CNPJ nº 09.403.103/0001-77, com sede na Travessa Brasilino Antônio Vaz nº 568, Perequê – Angra dos Reis, CEP 23953-200.

2.1 - O Limite Máximo de Garantia (LMG) da apólice englobando todas as coberturas é de R\$ 17.409.600,65. O valor da garantia da apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

2.2 - Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

2.3 - Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a

modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

3 - PRAZO DE VIGÊNCIA DA APÓLICE

3.1. O prazo da apólice de seguro será de 36 (trinta e seis) meses consecutivos e ininterruptos a partir de 26/05/2023.

3.2. O término do prazo de vigência desta apólice não afetará direitos ou obrigações das partes, relativas a pagamentos, prestação de garantia, regularização documental e outras do gênero, que, eventualmente, devem ser exercidas ou cumpridas após o término do referido prazo de vigência. Garante o pagamento de valores que o tomador necessite realizar no trâmite de processos judiciais. A cobertura desta modalidade é limitada ao valor da garantia cujo valor da condenação ou da quantia acordada não haja sido pago pelo tomador.

Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

3.3. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

3.4. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou documento que serviu de base para aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4 – FRANQUIAS

Não existirão franquias do valor segurado.

5 – RAMO / MODALIDADE

5.1. **Ramo:** Seguro Garantia - Setor Público / **Modalidade:** Judicial Trabalhista

Garante o pagamento de valores que o tomador necessite realizar no trâmite processual conforme mencionado no **item 2.1** acima.

6 – TIPO DE EMISSÃO DE APÓLICE

Somente serão aceitas apólices eletrônicas e deverão ser acompanhadas das respectivas certificações de suas autenticidades.

7 - PRAZO DE ENTREGA DA APÓLICE

48 horas após a solicitação de emissão pela ELETRONUCLEAR, juntamente com o comprovante de resseguro.

8 - CONDIÇÕES DE ENTREGA DA APÓLICE

8.1. As apólices eletrônicas deverão ser enviadas para o e-mail: seguros@eletronuclear.gov.br

9 - PRAZO DE VIGÊNCIA DA COBERTURA

9.1. A cobertura do seguro vigorará até a extinção das obrigações do tomador ELETRONUCLEAR S/A, limitado à duração de vigência da apólice.

9.2. A renovação da apólice deve ser solicitada pelo tomador até 60 (sessenta) dias antes do final da vigência e a SEGURADORA somente poderá negar a renovação com dados que comprovem não haver mais risco a ser coberto ou comprovando a perda de direito do segurado.

10 – CLAUSULADO

O clausulado das apólices devem seguir as determinações da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022, seus anexos e outras normas SUSEP vigentes à época da emissão, não podendo, contudo, conter qualquer tipo de ressalva ou condição que possa dificultar ou impedir a sua execução ou que possa deixar dúvidas quanto à sua firmeza, e devem atender na íntegra o disposto na Portaria PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN nº 164 de 27.02.2014 D.O.U.: 05.03.2014.

11 – RESSEGURO E COSSEGURO

A contratada que venha a fazer resseguro para os seguros objetos da presente contratação deverá observar a legislação vigente, em especial as Resoluções CNSP nº 164, de 17/07/2007 e 168, de 17/12/2007.

Não serão aceitas apólices emitidas em regime de cosseguro.

12 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA IMPORTÂNCIA SEGURADA

A apólice emitida deverá prever que em caso de sinistro, o valor da Importância Segurada será corrigido pelo índice estabelecido no processo judicial que a apólice está garantindo. A seguradora poderá fazer a cobrança do respectivo prêmio anualmente de acordo com a atualização a ser feita.

Com relação a atualização Monetária da apólice, será realizado através de endosso sendo este solicitado pela ELETRONUCLEAR S/A formalmente para a Seguradora, que deve proceder com a emissão em até 48 Horas da solicitação.

13 - SINISTRO

Caso a Seguradora receba qualquer comunicação de sinistro, a mesma deverá enviar imediatamente à ELETRONUCLEAR S/A para que esta tome as medidas cabíveis evitando assim o pagamento pela Seguradora. A ELETRONUCLEAR S/A irá deixar a Seguradora a par de todas as medidas tomadas bem como o prazo para resolução.

14 - PAGAMENTO DE PRÊMIO

O Pagamento de prêmio ocorrerá no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de emissão da apólice, em duas parcelas bimestrais.

15 – CANCELAMENTO E RESTITUIÇÃO

Nos casos de Cancelamentos Judiciais, o cálculo de devolução será realizado através de pró-rata temporis.

16 - CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

A ELETRONUCLEAR S/A irá assinar o contrato de Contragarantia conforme modelo disponibilizado no **Anexo I**.

17 - CORRETAGEM E COMISSÃO

A ELETRONUCLEAR S/A não nomeia Corretor para esta contratação. Eventual proposta recebida de corretores será de exclusiva responsabilidade do Segurador.

18 - DOCUMENTAÇÃO PARA ANÁLISE DOS LICITANTES

Relatórios Anuais, trimestrais ou Balanços estão disponíveis no site da ELETRONUCLEAR S/A:

<https://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Relatorios-e-Balancos.aspx>

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

Por este instrumento particular de contrato, de um lado:

XXXXXXXXXXXXXXX (SEGURADORA), com sede na Cidade XXXXXXXXX, Estado XXXXXXXXX, Rua XXXXXXXXXX, NºXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, doravante denominada como **SEGURADORA**, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social; e de outro lado,

_____, com sede na Cidade _____, Estado _____, _____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, doravante denominado como **TOMADOR**, neste ato representado na forma de seu Contrato/Estatuto Social.

Pelo presente contrato e na melhor forma de direito as partes designadas e firmadas neste instrumento, avençam a emissão de apólice(s) e endosso(s) de seguro-garantia que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas, que mutuamente aceitam e pelas quais se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

1.1 A SEGURADORA garantirá as obrigações assumidas pelo **TOMADOR** perante o(s) segurado(s) mediante emissão de apólice(s) e eventual(is) endosso(s) nos quais serão estabelecidas as finalidades, o valor, o prazo e demais condições da cobertura de seguro, de acordo com a(s) obrigação(ões) garantida(s).

PARÁGRAFO ÚNICO - A(s) apólice(s) e o(s) endosso(s) poderão ser emitidos mediante solicitação escrita do **TOMADOR**, ou pela sua corretora de seguros, podendo, entretanto, a **SEGURADORA**, a seu exclusivo critério, negar-se a fazê-lo.

1.2 O TOMADOR declara conhecer a extensão e a modalidade de cada apólice e de cada endosso que vier solicitar à **SEGURADORA**, estando de pleno acordo que a **SEGURADORA** a preste e a cumpra, tal como neles se contém, independentemente de prévia anuência e/ou interferência e/ou qualquer formalidade judicial ou extrajudicial.

1.3 O TOMADOR obriga-se a:

- (a) Enviar à **SEGURADORA**, sempre que solicitado, informações de caráter econômico-financeiro, cadastral, fiscal, e trabalhista, inclusive de suas controladas, controladoras e coligadas, assim como informações sobre o cumprimento das obrigações garantidas;
- (b) Apresentar informações exatas à **SEGURADORA**, ao solicitar o seguro, não omitindo qualquer informação sobre a obrigação a ser garantida;
- (c) Informar à **SEGURADORA**, antes da emissão da(s) apólice(s) e endosso(s), a existência de pluralidade de garantias para o mesmo objeto segurado, situação em que a **SEGURADORA** participará proporcionalmente;
- (d) Pagar o prêmio do seguro à **SEGURADORA**, pelo período total de vigência indicado na(s) apólice(s) e endosso(s);
- (e) Informar previamente à **SEGURADORA** qualquer alteração no seu quadro societário e/ou percentual de participação;
- (f) Manter íntegras e suficientes as garantias oferecidas ao seguro;
- (g) Entregar à **SEGURADORA**, assim que solicitadas, especialmente em caso de aviso formal de sinistro, garantias adicionais líquidas ou antecipar o equivalente ao valor da indenização securitária diretamente ao segurado;
- (h) Ressarcir a **SEGURADORA** de quaisquer prejuízos e/ou despesas oriundas de avisos formais de sinistro, bem como honorários advocatícios, conforme disposto no artigo 20, §3º do Código de Processo Civil em caso de cobrança judicial;
- (i) Cumprir com todas as obrigações decorrentes deste contrato.

1.4 No caso de parcelamento de prêmio, decorrido o prazo previsto na respectiva parcela sem que este tenha sido efetuado, ocorrerá o vencimento antecipado das demais parcelas, podendo a **SEGURADORA** recorrer à cobrança do **TOMADOR** e/ou das garantias eventualmente oferecidas, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SEGUNDA – PENALIDADES

2.1 Ficam estabelecidas as seguintes penas convencionais, sem prejuízo uma das outras e bem assim das demais sanções previstas em Lei:

- (a) Ocorrendo o inadimplemento de qualquer quantia devida à **SEGURADORA**, nos termos deste contrato, o débito em atraso ficará sujeito à aplicação do índice de correção monetária IGP-M, juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o débito corrigido monetariamente e multa irredutível de 2% (dois por cento) sobre o total devido na forma desta alínea;
- (b) O inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista neste contrato sujeita o **TOMADOR** à multa de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculada sobre o valor das obrigações assumidas pela **SEGURADORA**, cobrada por dia decorrido até que a obrigação seja cumprida;
- (c) Em caso de cobrança administrativa, a **SEGURADORA** fará *jus* ao reembolso das respectivas despesas e honorários advocatícios, quando houver, desde que devidamente comprovados por esta.

2.2 Fica estabelecido que para as APÓLICE (s) de seguro garantia emitidas nesta modalidade a SEGURADORA terá a faculdade de informar ao TOMADOR, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias anteriores à data final de vigência da(s) APÓLICE(s), inclusive por meio eletrônico, o não interesse pela renovação da respectiva garantia prestada. Nesta hipótese, o TOMADOR terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, antes do vencimento da(s) APÓLICE(S) para, alternativamente, antecipar à SEGURADORA o valor correspondente à importância segurada ou substituí-la por outra garantia idônea e aceita pelo SEGURADO, sob pena de não o fazendo ter caracterizado o seu inadimplemento, independentemente de qualquer formalidade.

2.3 Exclusivamente para a(s) APÓLICE(s) emitida(s) nas modalidades previstas, delimitam-se as seguintes formas de exigências de pagamento:

- (a) Nos casos em que a SEGURADORA, em cumprimento a determinação de autoridade administrativa ou judicial, seja compelida a promover a conversão da APÓLICE em espécie a qualquer tempo, inclusive antes do trânsito em julgado, o TOMADOR terá o prazo determinado pela autoridade ou juízo segurado, conforme aplicável, para efetuar diretamente o pagamento ou depósito do valor demandado, sob pena de incidência do disposto na alínea “c” desta cláusula. A obrigação de pagamento é sempre de responsabilidade do TOMADOR, motivo pelo qual referido pagamento deverá ser feito espontaneamente.
- (b) O TOMADOR está ciente de que a comunicação de caracterização de sinistro mencionada acima será encaminhada pela SEGURADORA, por qualquer meio, inclusive eletrônico, e seu recebimento terá força de notificação extrajudicial na forma da legislação aplicável.

(c) A ausência de pagamento ou depósito do valor exigido, pelo TOMADOR, no prazo determinado pela autoridade administrativa ou pelo juízo segurado, obrigará o TOMADOR e/ou FIADOR a realizar (em) o ressarcimento de tal valor à SEGURADORA no prazo improrrogável de até 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação por ela efetuada, sob pena de incidência ao disposto na cláusula 2.1, alínea “a” deste instrumento e da imediata execução do presente CONTRATO.

2.4 Na ocorrência de pagamento em duplicidade do débito reclamado, o TOMADOR obriga-se a promover a devolução do(s) valor(es) pago(s) pela SEGURADORA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de aplicação das penalidades e demais consequências previstas neste CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA - RESCISÃO

3.1 Independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, poderá a **SEGURADORA**, nos casos abaixo, dar por vencido o presente contrato para exigir do **TOMADOR** a liberação das obrigações assumidas ou o pagamento imediato de valor equivalente às obrigações assumidas neste contrato:

- a) quando ocorrer declaração inexata de fato material ou omissão de informação materialmente relevante, por parte do **TOMADOR**, ao solicitar o seguro;
- b) quando a **SEGURADORA** avaliar que a conduta ou solvência do **TOMADOR** evidencie incapacidade para cumprir as obrigações contraídas com o(s) segurado(s), principalmente em razão de situação agravada em momento posterior ao da assinatura do presente instrumento;
- c) quando o **TOMADOR** ou qualquer empresa a ele coligada, por ele controlada ou por ele expressamente indicada, se encontrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, tiver contra si requerimento ou decretação de sua falência;
- d) quando o **TOMADOR** não cumprir com quaisquer das obrigações decorrentes deste contrato;
- e) quando ocorrer protesto de títulos ou for distribuída qualquer ação contra o **TOMADOR**, que afete seu patrimônio de forma que não possa cumprir com as obrigações ora contraídas;
- f) se ocorrer mudança no controle societário do **TOMADOR**, que importem na redução de sua solvência e capacidade de liquidar os compromissos assumidos, sem prévia e expressa anuência da **SEGURADORA**;
- g) nos demais casos previstos em lei.

PARÁGRAFO 1º - Nos casos acima previstos, poderá a **SEGURADORA** liquidar junto ao(s) segurado(s), as obrigações do **TOMADOR**, liberando-se do(s) seguro(s) prestado(s).

PARÁGRAFO 2º - Nas hipóteses previstas nas alíneas desta cláusula, a **SEGURADORA** poderá ainda, com o intuito de fazer prevalecer seus direitos, iniciar as ações judiciais e extrajudiciais e em especial, solicitar embargos, proibições especiais ou gerais e tantas outras medidas preventivas que julgue necessárias, para as quais o **TOMADOR** desde já presta sua concordância, ficando entendido que as citadas medidas preventivas serão mantidas enquanto persistir a obrigação da **SEGURADORA** na(s) apólice(s) e endosso(s) em vigor.

CLÁUSULA QUARTA - SUB-ROGAÇÃO

4.1 Paga a indenização, ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo **TOMADOR**, a **SEGURADORA** sub-rogar-se-á nos direitos do(s) segurado(s) contra o **TOMADOR** ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro e/ou rescisão, para haver toda e qualquer despesa ou pagamento que venha a efetuar em decorrência da(s) apólice(s) e do(s) endosso(s) emitidos.

PARÁGRAFO ÚNICO – O **TOMADOR** desde já concorda, em caso de sinistro e/ou rescisão, com a sub-rogação da **SEGURADORA** nos direitos do(s) segurado(s) em relação aos valores existentes, ou que venham existir, referentes aos contratos firmados com o(s) segurado(s), até o limite dos valores despendidos pela **SEGURADORA** para pagamento da indenização securitária.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Caso a **SEGURADORA** tenha que cumprir no todo ou em parte as obrigações decorrentes da(s) apólice(s) e endosso(s), o **TOMADOR** declara que não exigirá dela protelação no pagamento do débito ao(s) segurado(s) nem discussão acerca da certeza ou liquidez da dívida por este apresentada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não obstante o estabelecido neste item, a **SEGURADORA** se reserva no direito de, a seu juízo, fazer ao(s) segurado(s) as reservas e objeções que o **TOMADOR** considere pertinentes, desde que este lhe comunique em até 03 (três) dias úteis a contar da comunicação por escrito que esta emitir.

5.2 No que diz respeito às apólices emitidas na modalidade Licitante (Bid) nos casos em que o **TOMADOR** lograr-se vencedor do certame licitatório, com a conseqüente assinatura do contrato administrativo, fica desde já convencionado entre as partes que a **SEGURADORA** não estará

obrigada a emitir as apólices de performance as quais o instrumento contratual e/ou o edital determinar(em).

5.3 O TOMADOR declara que as obrigações assumidas através deste contrato de forma alguma contradizem as disposições de seu Contrato/Estatuto Social, ou de outros regulamentos, e declara ainda que tem os poderes necessários para assumir tais obrigações e assume os ônus decorrentes de quaisquer irregularidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a assinatura deste instrumento por quaisquer das **PARTES** contenha vício, ou seja, declarada inválida por qualquer motivo, tal omissão, vício ou invalidade não deverá, a qualquer título, afetar a validade do presente instrumento e as obrigações por ele impostas às **PARTES**, ficando estas obrigadas na mesma medida que estariam caso a referida omissão, vício ou invalidade inexistisse.

5.4 A SEGURADORA fica desde já autorizada pelo **TOMADOR** a emitir apólice(s) e/ou endosso(s) de seguro-garantia que venham ser solicitados pelo **TOMADOR**:

(a) quando este participe como consorciado, sejam a(s) apólice(s) e endosso(s) de seguro-garantia em nome do consórcio ou do próprio consorciado, visando assegurar a integralidade ou parte destas obrigações, independentemente de liderança no consórcio;

(b) quando este participe como sócio de sociedade de propósito específico ("SPE"), sejam a(s) apólice(s) e endosso(s) de seguro-garantia em nome da SPE ou do sócio, visando assegurar a integralidade ou parte destas obrigações, independentemente do percentual de participação na sociedade; e

(c) para empresa(s) na(s) qual(is) o **TOMADOR** detenha participação societária, direta ou indiretamente, ou outra(s) empresa(s) expressamente indicada(s). A(s) apólice(s) e endosso(s) de seguro-garantia poderão ser emitidos em nome do **TOMADOR** ou em nome da(s) empresa(s) expressamente indicada(s), visando assegurar a integralidade ou parte da(s) obrigação(ões) assumidas pela(s) referida(s) empresa(s).

PARÁGRAFO 1º - A **SEGURADORA** poderá utilizar-se deste Contrato para reaver qualquer valor referente à emissão e à satisfação pecuniária da(s) apólice(s) e do(s) endosso(s) citados nesta cláusula.

PARÁGRAFO 2º - Para ausência de dúvidas, as obrigações do **TOMADOR** assumidas nos termos deste Contrato permanecerão em vigor até a extinção das respectivas garantias,

independentemente de qualquer alteração societária, inclusive a alienação da participação societária do **TOMADOR** deste Contrato nas sociedades mencionadas nas alíneas acima.

PARÁGRAFO 3º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o **TOMADOR** fica obrigado a comunicar imediatamente à **SEGURADORA**, por escrito, qualquer alteração e/ou alienação da participação societária relacionada às alíneas desta cláusula.

5.5 Qualquer omissão ou tolerância por parte da **SEGURADORA** em exigir o fiel cumprimento das obrigações deste contrato será interpretado como simples ato de tolerância e não constituirá novação, transação ou renúncia, nem afetará o seu direito de exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

5.6 É parte dos procedimentos de Governança Corporativa da **SEGURADORA**, quando da constituição de relacionamento, de qualquer natureza, dar notoriedade acerca das disposições regulatórias vigentes. Diante desta prerrogativa, as partes estabelecem entre si mútua colaboração na efetividade do cumprimento da Lei nº 12.813/2013 (Conflito de Interesses), Lei nº 12.846/2013 (Anticorrupção & Suborno), Leis nº 9.613/1998 e nº 12.683/2012 (prevenção ao crime de Lavagem de Dinheiro e financiamento ao terrorismo), concomitante com a Circular SUSEP nº 445/2012 (prevenção ao crime de Lavagem de Dinheiro) e Circular SUSEP nº 344/2007 (prevenção à Fraude), bem como legislação aplicável de combate à evasão fiscal.

5.7 O não cumprimento do disposto na Cláusula 5.6 supra será considerado uma infração grave e ocasionará o vencimento antecipado deste Contrato, sem prejuízo da incidência da multa prevista na Cláusula 2.1, “b”.

5.8 O valor deste contrato corresponde ao somatório dos valores da(s) apólice(s) e endosso(s) emitido(s) pela **SEGURADORA**, acrescidos de eventual(is) despesa(s), encargo(s) e valor(es) relativo(s) a dano(s) que a **SEGURADORA** tenha sido condenada a indenizar ao Segurado ou despendido durante a regulação do sinistro, efetuados em decorrência da(s) apólice(s) e endosso(s) emitido(s).

5.9 O presente contrato compromete as partes, herdeiros e sucessores do **TOMADOR**, até o cumprimento integral da obrigação originária garantida pela(s) apólice(s) e eventual(is) endosso(s) emitido(s).

CLÁUSULA SEXTA - CONFIDENCIALIDADE

6.1 A **SEGURADORA** se obriga a não transferir a terceiros, exceto terceiros relacionados à operação tais como todo o mercado ressegurador, empresas de digitalização, funcionários

terceirizados, as informações tecnológicas e/ou confidenciais de propriedade do **TOMADOR** que lhe forem repassadas.

PARÁGRAFO 1º - Somente se admitirá como motivos de exceção à obrigatoriedade do sigilo e da confidencialidade, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) a informação já era conhecida pela **SEGURADORA** anteriormente à efetivação de relação comercial entre as **PARTES**;
- b) houver prévia e expressa anuência do **TOMADOR**, da liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade;
- c) a informação foi comprovadamente conhecida por outra fonte, de forma legal e legítima, independente da relação comercial mantida entre as **PARTES**;
- d) determinação judicial e/ou das autoridades competentes para conhecimento destas informações;
- e) a informação não marcada como “confidencial”;
- f) a informação consta de documentos de conhecimento público, como escrituras públicas, publicações na imprensa, informações prestadas por órgãos da administração pública direta ou indireta ou de autos de processos judiciais ou procedimentos administrativos.

PARÁGRAFO 2º - No caso de violação comprovada desta cláusula, a **SEGURADORA** estará sujeita a todas as sanções e penalidades previstas na legislação brasileira.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

7.1 Este contrato vigorará por prazo indeterminado e permanecerá vigente até que sejam cumpridas todas as obrigações do **TOMADOR** garantidas pela **SEGURADORA** através da(s) apólice(s) e endosso(s).

CLÁUSULA OITAVA – FORO

8.1 As partes elegem o foro central da XXXXXXXXXX/XX para dirimir qualquer dúvida ou questão resultante deste instrumento, com expressa renúncia a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

(CIDADE), em ____/____/____.

.....

.....

(SEGURADORA)

CNPJ:

(TOMADOR)

CNPJ:

TESTEMUNHAS:

.....

Nome:

RG/CPF:

.....
Nome:

RG/CPF:

ANEXO II

FICHA PARA ANÁLISE DE SEGURO GARANTIA JUDICIAL

Dados Básicos do Processo

1 - Nome e qualificação do autor: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia elétrica nos municípios de Paraty e Angra dos Reis – STIEPAR, entidade sindical com sede na Travessa Brasilino Antônio Vaz nº 568 - Perequê – Angra dos Reis - CEP 23953-200.

2 – Nome e qualificação do réu: Eletronuclear SA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 42.540.211/0001-67, com sede na Rua da Candelária, nº 65, 2º ao 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.091-020.

3 – Números do Processo / Vara

(x) Processo Judicial: Reclamação Trabalhista nº 0001004-98.2011.5.01.0401

() Auto de Infração:

() Procedimento Administrativo:

4 – Tipo de Ação: Ação Trabalhista

5 – Juízo: 1ª Vara do Trabalho de Angra dos Reis – Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro

a. Instância em que se encontra? 2ª instância **b. Já foi julgado?** Sim

6 – Data de distribuição da ação: 12/08/2011

7 – Tipo de Caução:

() Nova caução do processo **(x) Substituição de Garantia** () Garantia adicional

Parecer Jurídico

8 – Valor atualizado da garantia judicial que deverá constar na apólice: R\$ 17.409.600,65
(Dezessete milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos reais e sessenta e cinco centavos).

Houve aplicação dos 30% previstos no Art.656 parág.2 do CPC: Sim

9 – Prazo de Vigência da Apólice: 3 anos

10 – Índice de reajuste adotado: IDTR.

11 – Histórico do Processo e Linha de defesa sustentada:

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica nos Municípios de Paraty e Angra dos Reis – STIEPAR, na qualidade de substituto processual, ingressou com reclamação trabalhista, em 12/08/2011, pleiteando a condenação da Eletronuclear no pagamento de uma hora para repouso e alimentação previsto no art. 71, caput da CLT, além dos reflexos.

A Eletronuclear foi condenada ao pagamento de 01 (uma) hora extraordinária, mais adicional de 50%, por cada dia efetivo de trabalho, a título de intervalo intrajornada suprimido, para cada um dos 73 trabalhadores substituídos, com reflexos. São devidos honorários advocatícios, na base de 15% do valor líquido da condenação.

Ressalta-se a existência de grave equívoco no laudo pericial ao apurar horas extras supostamente suprimidas no período entre a data do ajuizamento (agosto de 2011) e a da edição da Portaria 522 do MTE que autorizou a redução do intervalo intrajornada (novembro de 2013).

A apólice do seguro, garantiu o juízo da execução, possibilitando a oposição de embargos à execução pela Eletronuclear que pleiteou a limitação dos cálculos à data do ajuizamento da ação (12/08/2011), pois parcelas vincendas não estão autorizadas pela coisa julgada.

Foram julgados procedentes os embargos à execução opostos pela Eletronuclear, sendo acolhida a tese de que não foram deferidas parcelas vincendas.

No entanto, houve recurso de agravo de petição pela entidade sindical, que foram providos incluindo na condenação as parcelas vincendas aos cálculos de liquidação.

Na sequência, a Eletronuclear opôs embargos declaratórios, ainda pendentes de julgamento.

12 – Classificação quanto à probabilidade de êxito: (x) Provável () Possível () Remota

Dados do Patrocinador da Causa

13 – Nome: Maués Advogados Associados / Henrique Cláudio Maués

14 – Número de Inscrição na OAB: 35.707 **Estado:** RJ

15 – Data e local: Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023

SEÇÃO V

PLANILHA DE PREÇOS (TAXA)

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TAXA GLOBAL ANUAL (%)
Contratação de Empresa Seguradora para Emissão de Apólice de Seguro Garantia Judicial com Limite Máximo de Indenização (LMI) no valor de R\$ 17.409.600,65	

Notas:

a) O critério de julgamento das propostas será o de MENOR TAXA GLOBAL ANUAL. A coluna de TAXA GLOBAL ANUAL(%) deverá ser preenchida e expressa com até 3(três) casas decimais.

b) O valor a ser preenchido como lance inicial, no sitio: www.comprasgovernamentais.gov.br , será a TAXA GLOBAL ANUAL.

c) O Valor Total dos Serviços (Valor do Prêmio do seguro dos 3 anos) será: LMI x TX (a.a.) x 3 (anos):

R\$

Declaro, para os devidos fins, ter lido e compreendido os termos do EDITAL.

Declaro, outrossim, conhecer e comprometer-me a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética da Eletronuclear, que se encontra disponível no endereço eletrônico da ELETRONUCLEAR.

(Cidade),, (estado),, (dia) de (mês),..... de (ano)

Nome da Empresa LICITANTE	Assinatura e carimbo da LICITANTE
----------------------------------	--

ANEXO A

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VINCULO EMPREGATÍCIO / PARENTESCO
E DE NÃO ENQUADRAMENTO NO ARTIGO 38 DA LEI Nº 13.303/16**

TIMBRE DA EMPRESA

Nome da cidade, [] de [] de [].

DECLARAÇÃO

[], inscrito(a) no CNPJ sob nº. [], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) [], portador(a) da carteira de identidade nº. [] e do CPF nº. [], declara que na sua composição societária e no seu quadro de empregados, inclusive na condição de dirigente e gerente, não há pessoa que possua vínculo empregatício com a ELETRONUCLEAR.

Declara, outrossim, que seus sócios/administradores não possuem relação de parentesco, por consanguinidade ou afim até o 3º grau com membros da Alta Administração, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança ou qualquer empregado que faça parte da área requisitante ou da área de suprimentos (comercial).

Ainda, declara que, tendo em vista o disposto no artigo 38, da Lei nº 13.303/16, não está impedida de ser contratada pela ELETRONUCLEAR.

Representante Legal

Nota: A declaração acima deverá ser assinada por representante legal da empresa e conter no cabeçalho a sua denominação social

ANEXO B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro o recebimento do Código de Ética e de Conduta da ELETRONUCLEAR, assim como confirmo meu dever legal e compromisso ético de conduzir minhas atividades sem me submeter à influência legal, à corrupção, suborno, propina e tráfico de influência.

Declaro ainda que o processo de seleção e contratação do objeto do contrato estabelecido com a ELETRONUCLEAR transcorreu com base em critérios técnicos e profissionais, de forma imparcial e transparente e isento de quaisquer favorecimentos e privilégios ou transgressões à legislação vigente e aos padrões de conduta ética preconizados pela ELETRONUCLEAR.

Por fim, declaro ter conhecimento, entendimento da finalidade e aderência aos intentos do canal de denúncias independente, disponibilizado por meio do endereço eletrônico <https://falabr.cgu.gov.br/>, comprometendo-me a utilizá-lo, quando necessário, de forma segura e, se desejada, anônima, para manifestação de condutas que envolvam a ELETRONUCLEAR, direta ou indiretamente, e que representem violações ao seu Código de Ética e Conduta ou que sejam incompatíveis com a legislação vigente.

Local e data: _____

Assinatura: _____

Nome por extenso: _____

Cargo: _____

ANEXO C

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE - FORNECEDOR DE RISCO ALTO E
MUITO ALTO**



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE - FORNECEDOR DE RISCO ALTO E MUITO ALTO

Declaro o recebimento do Código de Ética e de Conduta da ELETRONUCLEAR, assim como confirmo meu dever legal e compromisso ético de conduzir minhas atividades sem me submeter à influência legal, à corrupção, suborno, propina e tráfico de influência.

Declaro ainda que o processo de seleção e contratação do objeto do contrato estabelecido com a ELETRONUCLEAR transcorreu com base em critérios técnicos e profissionais, de forma imparcial e transparente e isento de quaisquer favorecimentos e privilégios ou transgressões à legislação vigente e aos padrões de conduta ética preconizados pela ELETRONUCLEAR.

Por fim, declaro ter conhecimento, entendimento da finalidade e aderência aos intentos do canal de denúncias independente, disponibilizado por meio do endereço eletrônico <https://falabr.cgu.gov.br/>, comprometendo-me a utilizá-lo, quando necessário, de forma segura e, se desejada, anônima, para manifestação de condutas que envolvam a ELETRONUCLEAR, direta ou indiretamente, e que representem violações ao seu Código de Ética e Conduta ou que sejam incompatíveis com a legislação vigente.

XXXXX, neste ato representada na forma de seu contrato social, compromete-se a participar das ações de sensibilização, sem custos adicionais, no que tange aos aspectos abordados no Programa de Integridade (Compliance) da ELETRONUCLEAR.

Ademais, XXXXX se compromete a observar os aspectos de ética e integridade apresentados nas ações de sensibilização no âmbito das atividades que concernem os serviços contratados pela ELETRONUCLEAR.

Os termos desta declaração permanecerão válidos enquanto estiver vigente o “Contrato nº DSE.A/CT-XXXXXX”.

Nome do fornecedor: _____

Nome do Representante: _____

Assinatura: _____

CPF: _____

Cargo: _____

Data: _____

